

Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas

Ano de 2018 (1.ª Época)

Prestação de Provas Para Registo Como Contabilista
Registado e Técnico de Contas

Fiscalidade da RAEM

3 de Junho de 2018

Enunciado da Prova

O enunciado é composto por **14** páginas (incluindo a presente)

Parte I – Escolha múltipla (10 perguntas, 2 pontos por cada pergunta, total de 20 pontos)

1. O senhor Choi e um seu amigo do exterior, o senhor Lei, são comproprietários de um imóvel (para fins habitacionais). O senhor Choi concluiu as formalidades tendentes à transmissão da propriedade do imóvel para o senhor Lei em Abril de 2018, e, em Maio de 2018, adquiriu um outro imóvel (para fins habitacionais) em seu nome. Qual das afirmações abaixo está correcta? ()
 - (a) O senhor Choi tem de pagar imposto de selo pela aquisição do imóvel, enquanto que o senhor Lei tem de pagar imposto de selo pela transmissão da propriedade, assim como imposto de selo adicional
 - (b) O senhor Choi não tem de pagar imposto de selo pela aquisição do imóvel, mas o senhor Lei tem de pagar imposto de selo pela transmissão da propriedade, assim como imposto de selo adicional
 - (c) O senhor Choi tem de pagar imposto de selo pela aquisição do imóvel, enquanto que o senhor Lei tem de pagar imposto de selo pela transmissão da propriedade, mas não tendo que pagar imposto de selo adicional
 - (d) O senhor Choi não tem de pagar imposto de selo pela aquisição do imóvel, e o senhor Lei não tem igualmente de pagar imposto de selo pela transmissão da propriedade, sendo que o senhor Lei tem de pagar imposto de selo adicional

2. Em 2016, um determinado contribuinte do imposto profissional esteve, por um lado, empregado numa empresa enquanto contabilista, tendo, por outro, trabalhado como professor de contabilidade enquanto profissional liberal. Este contribuinte percebeu um rendimento de \$600,000 enquanto contabilista da referida empresa, e um rendimento de \$250,000 enquanto professor de contabilidade. O mesmo contribuinte pagou de imposto profissional, em 2017, o valor de \$21,644 por retenção na fonte. Neste caso, qual o montante efectivo de imposto profissional que este contribuinte tem de pagar relativamente ao ano de 2016, após se deduzir a devolução do imposto profissional (em conformidade com o artigo 20.º da Lei n.º 16/2017) ao imposto profissional devido no ano de 2016?? ()
 - (a) \$8,657
 - (b) \$14,957
 - (c) \$18,894
 - (d) \$23,394

3. No decurso de uma inspecção tributária realizada em Março de 2018 a um restaurante isento do pagamento do imposto profissional, descobriu-se que o mesmo houvera cobrado e recebido imposto de turismo entre os meses de Dezembro de 2017 e Fevereiro de 2018, nos montantes de \$9,600, \$12,800 e \$10,500, respectivamente. Este restaurante liquidou todos os pagamentos de imposto de turismo, juros e sanções em 31 de Março de 2018. Qual devia ter sido o valor total pago por este restaurante? (Taxa de juro de mora = 9.75% p.a.) ()
 - (a) \$32,900
 - (b) \$33,266
 - (c) \$33,832
 - (d) \$34,233

4. Uma empresa adquiriu, em Março de 2017, um veículo ligeiro (que cumpre com as normas ecológicas de emissão de gases poluentes definidas por Despacho do Chefe do Executivo). O preço de venda antes de impostos deste veículo é de \$270,000, sendo o respectivo preço fiscal de \$250,000. O veículo foi oficialmente colocado a uso no dia 1 de Abril de 2017, tendo substituído um outro veículo ligeiro que houvera sido utilizado desde 1 de Março de 2012 (com um preço original de compra de \$300,000). Em 2017, os gastos de depreciação com os dois veículos acima mencionados é de ().
- (a) \$58,300
 - (b) \$61,300
 - (c) \$66,300
 - (d) \$68,300
5. No que se refere à isenção da contribuição industrial relativa ao ano de 2017, qual das afirmações abaixo está correcta? ()
- (a) Uma vez que o pagamento da contribuição industrial está isento em 2017, as entidades que iniciem o exercício de novas actividades comerciais ficam isentas da apresentação da declaração modelo M/1
 - (b) Uma vez que o pagamento da contribuição industrial está isento em 2017, mesmo que um contribuinte viole algum dos preceitos do regulamento da contribuição industrial, o mesmo não será penalizado com o pagamento de multa
 - (c) Atendendo a que os bancos têm de pagar uma quantia avultada de contribuição industrial, os mesmos não se encontram isentos do pagamento da contribuição industrial em 2017
 - (d) Pese embora o pagamento da contribuição industrial esteja isento em 2017, as entidades que iniciem o exercício de novas actividades comerciais devem ainda assim apresentar a declaração modelo M/1, assim como os contribuintes que violem algum dos preceitos do regulamento da contribuição industrial estão sujeitos ao pagamento de uma multa
6. Relativamente a 80 litros de bebidas espirituosas com um teor alcoólico de 30%, a componente “ad valorem” do seu valor de importação CIF é de \$300,000; em relação a 50 kg de charutos contendo tabaco, a componente ad valorem do seu valor de importação CIF é de \$250,000. Calcule o respectivo imposto de consumo dos dois produtos acima. ()
- (a) \$42,600 e \$222,800
 - (b) \$33,600 e \$200,180
 - (c) \$31,600 e \$216,300
 - (d) \$48,000 e \$288,800

7. Caso um contribuinte do grupo B do imposto complementar de rendimentos discorde do rendimento colectável fixado (imposto complementar de rendimentos) que lhe foi notificado através do modelo M/5 pela comissão de fixação, o mesmo poderá impugná-lo. Qual das afirmações que se seguem está correcta? ()
- (a) A reclamação interposta pelo contribuinte do grupo B tem efeito suspensivo
 - (b) O contribuinte do grupo B pode apresentar reclamação para a comissão de revisão ou recurso contencioso para o Chefe do Executivo. Caso pretenda interpor recurso contencioso para o Chefe do Executivo, o mesmo deverá ser interposto no prazo de 15 dias contados da data da recepção da notificação
 - (c) No que se refere à fixação do seu rendimento, o contribuinte do grupo B deverá apresentar reclamação entre os dias 16 e 30 de Junho, sob pena de o prazo expirar
 - (d) Se, após interpor reclamação para a comissão de revisão, o contribuinte continue a discordar da decisão da comissão de revisão, o mesmo poderá interpor recurso administrativo para o Chefe do Executivo, caso em que o mesmo deverá ser interposto no prazo de 15 dias contados da data em que a decisão foi tomada.
8. Das afirmações que se seguem sobre a tributação do direito de subscrição de acções, a correcta é ().
- (a) O rendimento resultante da alienação do direito de subscrição de acções antes da data do exercício não constitui rendimento tributável no âmbito do imposto profissional
 - (b) O rendimento auferido pelo trabalhador com o exercício, alienação ou renúncia do direito de subscrição de acções, a empresa que atribuiu o referido direito deve ser responsável por calcular e deduzir (para efeito de retenção na fonte) o imposto profissional dos seus empregados
 - (c) Na ausência de um preço de mercado livre para as acções subscritas, a entidade empregadora deve, aquando da retenção do imposto na fonte, fornecer pormenores sobre o valor da referidas acções, calculado segundo critérios de razoabilidade na data em que o direito foi exercido, assim como fornecer uma explicitação detalhada sobre os métodos de cálculo utilizados
 - (d) Mesmo que o trabalhador cesse funções na entidade patronal, esta deverá ainda assim fornecer, no prazo de 30 dias a contar da data em que o trabalhador exerce, aliena ou renuncia ao direito de subscrição das acções, informação relacionada com as respectivas transacções à Repartição de Finanças de Macau (RFM), devendo ainda declarar o referido rendimento na declaração modelo M3/M4 – Relação Nominal – Empregados/Assalariados no ano seguinte

9. Os lucros tributáveis, de 2017, da sociedade Iao Lei Construções Lda., no seu encerramento preliminar das contas do final do ano é de \$600,000. Posteriormente, aquando da apresentação da declaração de rendimentos em sede do imposto complementar de rendimentos, a sociedade apercebeu-se que um rendimento retido de uma construção, relativo ao ano de 2016 e no valor de \$200,000, não havia sido contabilizado ao tempo, juntamente com um outro pagamento referente a uma construção no valor de \$150,000, o qual não havia igualmente sido contabilizado. Assim, com estes ajustamentos efectuados à informação declarada no que se refere ao ano de 2017, o imposto complementar de rendimentos a pagar pela sociedade Iao Lei Construções Lda. após ajustamento e relativamente ao ano de 2017 é de ().
- (a) \$0
 - (b) \$6,000
 - (c) \$24,000
 - (d) \$36,000
10. A senhora Wu (residente da China Continental) é proprietária de um imóvel habitacional em Macau para fins de arrendamento. O rendimento percebido com o arrendamento do imóvel em 2017 foi de \$120,000. Após os estragos causados pelo tufão, a senhora Wu pagou \$6,000 para reparação das janelas do imóvel, sendo que a senhora apresentou junto da Direcção dos Serviços de Finanças a declaração modelo M/7 da Contribuição Predial - Despesas de conservação e manutenção para efeitos de dedução fiscal. Nestes termos, a contribuição predial urbana a pagar pela senhora Wu, relativamente ao ano de 2017, é de ().
- (a) \$7,300
 - (b) \$8,500
 - (c) \$10,800
 - (d) \$11,400

Parte II – Verdadeiro ou falso (10 perguntas, 1 ponto por cada pergunta, total de 10 pontos)

1. Um imóvel habitacional foi declarado devoluto pela Direcção dos Serviços de Finanças com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017, termos em que a mesma não será objecto do pagamento de contribuição predial urbana em 2018.
 Verdadeiro
 Falso

2. A senhora Leong adquiriu, em Março de 2018 e em hasta pública, alguns bens que foram abatidos pelo governo da RAEM. Para além do pagamento dos referidos bens, a senhora Leong deve também pagar imposto de selo num valor de 0.5%.
 Verdadeiro
 Falso

3. Se a aquisição de um activo mais antigo (ainda utilizável) cujo prazo de amortização já tenha ultrapassado o permitido por lei, não se deverá contabilizar a respectiva amortização tendo por base a sua vida útil estimada, mas antes considerar a totalidade do preço de compra como despesa para efeitos tributários no ano da compra.
 Verdadeiro
 Falso

4. Um veículo utilizado para o transporte de pessoas com um grau de incapacidade de 65% com uma cilindrada de 2000 c.c. pode ser isento do imposto sobre veículos motorizados.
 Verdadeiro
 Falso

5. Aquando do cálculo da contribuição predial urbana, as despesas de condomínio pagas pelo locatário podem ser deduzidas na condição de o mesmo ter sido antecipadamente requerido junto da Direcção dos Serviços de Finanças.
 Verdadeiro
 Falso

6. Uma companhia aérea chinesa abriu uma delegação comercial em Macau que se dedica à venda de bilhetes aéreos para voos entre a China Continental e Macau operados por esta companhia. As receitas geradas por esta delegação comercial está isento do pagamento de imposto complementar de rendimentos de Macau.
 Verdadeiro
 Falso

7. No âmbito da diligência devida que incide sobre a informação de contas financeiras recém-criadas por pessoas singulares, a instituição financeira declarante deve obter uma autocertificação, que pode fazer parte da documentação de abertura de conta, que lhe permita determinar o estatuto de residência ou das residências para efeitos fiscais do titular da conta bem como confirmar a razoabilidade dessa autocertificação com base nas informações obtidas pela instituição financeira declarante no âmbito da abertura da conta.

Verdadeiro

Falso

8. A senhora Ma (residente de Macau) e o senhor Zhang (residente da China Continental) procederam ao registo de casamento em Macau no início de 2015. Após o casamento, o casal possui dois apartamentos habitacionais na Taipa (Macau), ao abrigo do regime de comunhão de adquiridos. No início de 2018, o casal teve uma discussão que terminou em divórcio, tendo ambos acordado em que cada um ficaria com um dos apartamentos aquando da divisão dos bens. Quando a senhora Ma ficar proprietária do apartamento habitacional, a mesma não terá de pagar, de novo, imposto de selo pela transmissão de imóveis ou imposto de selo adicional, já o senhor Zhang terá de pagar imposto de selo devido pela transmissão de imóveis, assim como imposto de selo adicional.

Verdadeiro

Falso

9. A sociedade JJ China Lda. (empresa do Continente) investiu, em 2016, na sociedade MM Tecnologia Web Macau Lda. (cujo principal activo são direitos de propriedade intelectual), com uma contribuição de capital no valor de \$3,000,000.00, detendo 20% do capital desta sociedade. Em 2018, as sociedades MM Macau Lda. e JJ China Lda. acordaram a compra, pela primeira, dos 20% do capital social acima referido pelo valor de \$5,000,000.00. A sociedade JJ China Lda. deve calcular o valor a pagar em sede do imposto complementar de rendimentos tendo por base a diferença decorrente da transmissão destas quotas.

Verdadeiro

Falso

10. Nos termos da Lei n.º 2/2018 – Imposto de selo sobre a aquisição do segundo e posteriores bens imóveis destinados a habitação, se o imóvel habitacional propriedade do contribuinte não estiver localizado em Macau, o mesmo terá de pagar o imposto do selo sobre a aquisição quando adquira um imóvel habitacional em Macau.

Verdadeiro

Falso

Parte III – Perguntas de resposta curta (6 perguntas, 5 pontos por cada pergunta, total de 30 pontos)

1. O senhor Chan e a sua esposa são residentes de Macau e casados no regime de separação de bens. Em Abril de 2017, o senhor e a senhora Chan adquiriram em conjunto o seu primeiro imóvel habitacional pelo preço de \$5,000,000.00, detendo cada um uma quota de 50%. O imóvel ficou isento de imposto de selo devido pela transmissão de imóveis até ao valor de \$3,000,000.00. Em Fevereiro de 2018, o senhor Chan concluiu as formalidades tendentes à transmissão da sua quota de 50% do imóvel habitacional para a sua esposa, sendo que, após avaliação, o valor do imóvel habitacional foi fixado em \$5,500,000.00. Posteriormente, o casal adquiriu um outro imóvel habitacional (destinado a habitação) pelo preço de \$6,000,000.00, em Maio de 2018.

Perguntas:

- 1) Relativamente à transmissão, pelo senhor Chan, da sua quota de 50% para a sua esposa, que tipos de imposto de selo devem os mesmos pagar? E qual o respectivo valor? (3 pontos)
 - 2) No que se refere à aquisição do outro imóvel habitacional pelo senhor Chan e a sua esposa pelo preço de \$6,000,000.00, e relativamente à transmissão de imóveis, que tipos de imposto de selo devem os mesmos pagar? E qual o respectivo valor? (2 pontos)
2. O Hotel Summer iniciou o seu funcionamento em 2017, contando com 300 quartos, sendo o preço diário de cada um deles de \$1,500.00 (acrescido de 10% taxa de serviço). Em Novembro de 2017, por se tratar do mês em que se realiza o Grande Prémio de Macau e o festival gastronómico, verificou-se um aumento do número de visitantes que se deslocaram a Macau, donde resultou uma taxa relativamente maior de ocupação quando em comparação com outros meses (taxa de ocupação de 97%). Além disso, contou com outras receitas geradas, nomeadamente, pela tarifa das chamadas telefónicas no valor de \$32,000.00, o preço do serviço de lavandaria num total de \$67,000.00, o resultado operacional da sauna no valor de \$1,320,000.00 (incluindo 10% de taxa de serviço), o resultado operacional do bar de Karaoke no valor de \$1,650,000.00 (incluindo 10% de taxa de serviço), e o resultado operacional dos restaurantes no valor de \$920,000.00 (incluindo 15% de taxa de serviço).

Perguntas:

- 1) Calcule o imposto de turismo devido pelo Hotel Summer relativamente ao mês de Novembro de 2017 (2.5 pontos)
 - 2) Qual o prazo limite para efectuar o pagamento do imposto de turismo relativo ao mês de Novembro de 2017? (1 ponto)
 - 3) Caso o pagamento não seja efectuado dentro do prazo legal, qual será a sanção? (1 ponto)
 - 4) Ao montante do imposto de turismo devido acresce algum adicional? (0.5 pontos)
3. A sociedade Ka Tong Comércio Macau Lda. dedica-se em primeira linha à importação/exportação, venda a grosso e a retalho de charutos. Seguem-se alguns registos comerciais da sociedade Ka Tong Comércio Macau Lda. relativos ao ano de 2017:
- (1) Em Janeiro, a sociedade importou alguns charutos pelo preço CIF, o preço contratual quando

convertido para patacas ascende a 10 milhões, e respeita a 250 kg. Estes charutos destinam-se essencialmente para venda a retalho em Macau. A sociedade declarou e liquidou, na Direcção dos Serviços de Economia, o respectivo imposto de consumo.

- (2) Em Agosto, aquando do levantamento de inventário, a sociedade apercebeu-se que 15% do total dos charutos importados em Janeiro havia estragado. Após negociação, o fornecedor acordou que os bens lhe fossem devolvidos. No início de Setembro, os charutos que se haviam estragado tinham todos sido enviados e exportados. A sociedade guardou prova do imposto de consumo originalmente pago, assim como do conhecimento de embarque emitido pela empresa de transporte aquando da devolução dos charutos.

Perguntas:

- 1) No que se refere à importação, qual o imposto de consumo a pagar pela sociedade Ka Tong Comércio Macau Lda. relativamente ao ano de 2017? Quais as formalidades tributárias com que a sociedade deverá cumprir? (3 pontos)
 - 2) Relativamente aos charutos que se estragaram, a que reembolso de imposto terá a sociedade Ka Tong Comércio Macau Lda. direito? (2 pontos)
4. Em 2017, o senhor Hong (residente de Macau) trabalhou em simultâneo para três empresas (em regime de tempo parcial), seguindo-se informação relacionada com a remuneração percebida pelo mesmo no ano:

	Patacas
ABC Lda.	\$200,000.00
BCD Lda.	\$80,000.00
CDE Lda.	\$60,000.00

As três empresas não deduziram à remuneração do senhor Hong qualquer quantia, a título de retenção na fonte (imposto profissional), pelo facto de o mesmo não ser trabalhador a tempo inteiro daquelas empresas.

Perguntas:

- 1) A razão invocada por estas três empresas está em conformidade com o disposto no Regulamento do Imposto Profissional? (2 pontos)
- 2) Relativamente ao ano de 2017, qual o montante de imposto profissional a pagar pelo senhor Hong? (1 ponto)
- 3) Quais os tipos de obrigações com que o senhor Hong deverá cumprir nos termos do disposto no Regulamento do Imposto Profissional? Qual a sanção caso o não faça? (1 ponto)
- 4) Para fins de evasão fiscal, o senhor Hong acordou com a sociedade ABC Lda. que ambos declararíamos que a remuneração recebida pelo mesmo seria de \$45,000, em vez das \$200,000 efectivamente recebidas. Nos termos do Regulamento do Imposto Profissional, que tipo de penalidades lhes poderão ser aplicadas pela Direcção dos Serviços de Finanças? (1 ponto)

5. A sociedade Tak Lei Lda. pagou de imposto complementar de rendimentos relativo ao ano de 2016 o montante de \$36,000, sendo que o seu rendimento tributável correspondeu exactamente a 8% da sua facturação. Quando a autoridade tributária inspeccionou posteriormente as contas da sociedade, apercebeu-se que dos honorários devidos pela concepção de uma construção, no valor de \$1,800,000, \$1,000,000 haviam sido pagos à sociedade ABC Lda. de Hong Kong, e as restantes \$800,000 pagas à sociedade BCD Lda. de Macau. A sociedade ABC Lda. de Hong Kong não se registou, para efeito do exercício de actividade em 2016, em sede da contribuição industrial, sendo que a sociedade BCD Lda. de Macau procedeu ao mencionado registo no dia 2 de Janeiro de 2017. As despesas administrativas foram calculadas no valor de 10% da facturação tal como definido num contrato rubricado com a empresa-mãe, sendo que um pagamento no valor de \$100,000 não foi efectuado através da conta bancária, tendo aquela soma sido antes utilizada directamente para pagar certos bens comprados em nome da empresa-mãe. Foram efectuados durante o ano 3 donativos, um donativo no valor de \$10,000 à Universidade de Macau (na região de Hengqin), um donativo de \$10,000 ao Instituto Politécnico de Hong Kong, e um donativo de \$10,000 à Associação Fraternal dos Novos Territórios de Macau. Com base nos factos descobertos na sequência da inspecção acima mencionada, terão os serviços tributários que ajustar o rendimento tributável da sociedade? Se a resposta for negativa, indique a respectiva fundamentação. Se for afirmativa, calcule quanto a sociedade Tak Lei Lda. terá de pagar adicionalmente em sede de imposto complementar de rendimentos.

Parte IV – Perguntas de desenvolvimento e cálculos (3 perguntas, total de 40 pontos)

1. Aquando do tratamento de algumas transacções relativas à transmissão de imóveis, um agente imobiliário recebeu inúmeros pedidos de esclarecimento por parte de clientes sobre a recém-aprovada legislação relativa à transmissão de imóveis na região, em especial para entenderem os direitos e obrigações inerentes à compra e venda de imóveis. Quando se encontra a responder aos clientes, o agente imobiliário destacou as três perguntas mais inquiridas pelos clientes:
 - I. O senhor Chan (um investidor estrangeiro) adquiriu um conjunto de imóveis em Macau, em Abril de 2018, pela seguinte ordem: adquiriu uma fracção num imóvel para fins comerciais (preço de \$5,500,000), uma fracção habitacional (preço de \$7,600,000), uma loja (preço de \$15,000,000) e outra fracção habitacional (preço de \$8,500,000). O senhor Chan tenciona vender os referidos imóveis pela mesma ordem, no prazo de um ano, para obter lucro, tendo o lucro sido fixado em 20% do preço de compra acrescido do imposto de selo pago. O investidor deseja saber junto do agente imobiliário, relativamente aos imóveis acima e ao seu plano de obter um lucro de 20% sobre o preço de venda acrescido do imposto de selo pago, por quanto deverá vender cada imóvel sem incorrer em qualquer perda com a venda dos mesmos (7 pontos)
 - II. O senhor Kou e a senhora Jeong (residentes de Macau, e namorados) tencionam casar e adquirir um imóvel, sendo que já têm em vista uma fracção habitacional com o preço de \$7,500,000. Antes de optarem por esta fracção, o senhor Kou já há 2 anos que é proprietário de uma fracção habitacional na China Continental, e proprietário de um lugar de estacionamento em Macau há 1 ano. A senhora Jeong, por sua vez, é proprietária de uma fracção habitacional em Macau que a mesma adquiriu há 5 anos. O casal tenciona adquirir em conjunto esta nova habitação (o senhor Kou ficará proprietário de 60% e a senhora Jeong proprietária de 40%), sendo que, após o casamento, a senhora Jeong irá vender a sua fracção habitacional em Macau pelo preço de \$3,200,000 no prazo de 1 ano após comprarem a nova habitação para diminuir os encargos. Nestes termos, o casal procura saber junto do agente imobiliário qual o montante de imposto de selo a pagar pela compra e venda dos imóveis ao abrigo de dois regimes distintos de casamento (regime da comunhão geral de bens e regime de separação de bens). (5 pontos)
 - III. O principal accionista de uma sociedade por quotas adquiriu, no mesmo dia, duas fracções habitacionais (em seu nome e em nome da sociedade por quotas) em Maio de 2018, pelo preço de \$6,300,000 e \$8,200,000, respectivamente. Antes de adquirir estas duas fracções, este accionista tem já 3 lojas e 2 lugares de estacionamento em seu nome, sendo que a sociedade por quotas nunca foi proprietária de qualquer imóvel anteriormente. No que se refere à aquisição destes dois imóveis, qual o montante mínimo de imposto de selo a pagar? (3 pontos)

Pergunta:

Relativamente às três questões acima, como lhes deverá responder o agente imobiliário?

- 2) A senhora Tong é quadro superior do IPT da Universidade de Macau. Segue-se informação detalhada sobre o rendimento e descontos da senhora Tong relativamente ao ano de 2017:
- (a) Salário mensal de \$44,000, tendo-lhe sido pagos 14 meses de salário em 2017
 - (b) Subsídio familiar mensal no valor de \$1,000 (por filho, a senhora Tong tem 3 filhos)
 - (c) Subsídio parental mensal no valor de \$600 (por progenitor, a mãe da senhora Tong ainda se encontra viva, já tendo o pai falecido)
 - (d) Subsídio mensal de antiguidade no valor de \$1,000
 - (e) Subsídio mensal de residência no valor de \$3,500
 - (f) Remuneração de trabalho extraordinário no valor de \$7,000 (referente a Outubro apenas, pagamento único)
 - (g) Bónus extra pago no valor de \$8,000 (pagamento único)
 - (h) Plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico - \$9,000
 - (i) Desconto mensal para o regime de previdência obrigatória no valor de \$2,100
 - (j) Desconto mensal para o fundo de segurança social no valor de \$30
 - (k) Desconto mensal a título de despesas médicas no valor de \$200

Além disso, a senhora Tong trabalha como professora no IFT da Universidade de Macau, em regime de tempo parcial, sendo que, em 2017, a mesma ministrou dois cursos sobre Finanças e Contabilidade, tendo por cada um deles recebido o valor de \$21,000.

Perguntas:

- 1) Considerando o ano de 2017 no seu todo, quanto deveria o IPT da Universidade de Macau deduzir ao salário da senhora Tong a título de imposto profissional? Apresente os seus cálculos de forma detalhada. (8 pontos)
 - 2) Em relação ao trabalho da senhora Tong em regime de tempo parcial, com que obrigações fiscais deverá a mesma cumprir? Apresente, de forma detalhada, os assuntos que a senhora deva acompanhar. (2 pontos)
 - 3) Qual o valor total de imposto profissional devido pela senhora Tong, relativamente a todo o ano de 2017, considerando a remuneração recebida tanto pelo trabalho prestado em regime de tempo integral, como em regime de tempo parcial? Apresente os seus cálculos de forma detalhada. (5 pontos)
- 3) Em 1 de Fevereiro de 2017, a fim de promover um projecto comercial na cidade de Zhongshan (província de Cantão, na China), a sociedade XYX Imobiliário China Lda. (China Continental) locou um imóvel para fins comerciais na zona de Nam Van em Macau para efeito de realizar a dita promoção. O prazo da locação fixado no contrato inicia-se em 1 de Fevereiro de 2017 e termina no dia 31 de Janeiro de 2019, a renda mensal tem o valor de 40,000 patacas, sendo que o pagamento das duas primeiras rendas mensais foi isento para permitir a realização de remodelações. No mesmo mês, a sociedade XYX Imobiliário China Lda. assinou um contrato de remodelação/renovação com a sociedade LL Decorações Macau Lda. por um preço de 200,000

patacas, tendo a remodelação ficado concluída no dia 30 de Abril de 2017 e o imóvel entregue para o uso da sociedade XYX Imobiliário China Lda.

O placar publicitário colocada no exterior do imóvel comercial remodelado indica claramente “Divisão de Vendas de Imobiliário de Macau, Imóveis Comerciais de Zhongshan, XYX Imobiliário China Lda.” (designado abreviadamente por divisão de vendas de imobiliário). No dia 1 de Maio de 2017, a divisão de vendas de imobiliário contratou 3 residentes de Macau: a senhora Chu, que é responsável pelo balcão de recepção (recebe um salário mensal de 18,000 patacas), a senhora Hong, que é responsável pelo tratamento da informação dos clientes e por gerir as cartas de intenção (recebe um salário mensal de 16,000 patacas), e a senhora U, que é responsável por prestar apoio administrativo (recebe um salário mensal de 12,000 patacas). O senhor Ho, responsável pelas actividades promocionais da sociedade XYX Imobiliário China Lda. em Macau (e que também é administrador da sociedade XYX Imobiliário China Lda.), permanece, em média, em Macau dois dias por semana (detém um visto de negócios). Os salários do senhor Ho são pagos na China Continental, auferindo o mesmo um salário mensal de valor equivalente a 48,000 patacas após conversão. Os salários do senhor Ho não são pagos, nem suportados pela divisão de vendas de imobiliário.

A fim de melhorar a auditoria interna, a sociedade XYX Imobiliário China Lda. cobra royalties às divisões de vendas de imobiliário de todas as regiões pelo uso do placar publicitário uniformizado. Em 2017, a divisão de vendas de imobiliário de Macau pagou royalties no valor de 30,000 patacas pelo uso da marca registada.

Em termos de estratégia de vendas, a divisão de vendas de imobiliário não angaria clientes activamente e por conta própria, os mesmos são-lhe antes trazidos por agentes imobiliários de Macau em troca de uma comissão de venda. Em termos gerais, os agentes imobiliários de Macau acompanham os clientes e fornecem o transporte para que os mesmos possam visitar Zhongshan; se um cliente desejar proceder a uma aquisição, o agente imobiliário de Macau encaminha-o então até à divisão de vendas de imobiliário para que o mesmo assine uma carta de intenção e proceda ao pagamento de uma caução no valor de 10% do preço do imóvel; a assinatura do contrato de compra e venda do imóvel terá depois lugar em Zhongshan; os agentes imobiliários de Macau têm então direito a receber uma comissão de 3% do valor de casa transacção concluída com sucesso. Em 2017, o valor total inerente a todas as cartas de intenção assinadas junto da divisão de vendas de imobiliário foi de 100,000,000 patacas, o total das cauções recebidas pela mesma divisão equivaleu a 10,000,000 patacas após conversão para a moeda de Macau, e o valor total das comissões pagas a agentes imobiliários locais pela divisão de vendas de imobiliário equivaleu a 3,000,000 patacas após conversão para a moeda local.

A divisão de vendas de imobiliário não tem quaisquer receitas ou custos adicionais para além dos acima mencionados, sendo que a mesma é contribuinte do grupo B do Imposto Complementar de Rendimentos.

Perguntas:

- 1) Após empregar os três residentes de Macau, que legislação tributária deverá a divisão de vendas ter por referência para efeito de cumprir com as formalidades respectivas relativas ao imposto profissional? (2 pontos)
- 2) Em relação aos salários pagos ao senhor Ho na China Continental, e de acordo com a disciplina prescrita na legislação tributária, é necessário proceder ao pagamento do imposto profissional de Macau? (2 pontos)
- 3) Relativamente à declaração referente ao imposto complementar de rendimentos, qual o montante total de custos que a divisão de vendas de imobiliário poderá reconhecer em relação ao ano de 2017? Apresente cálculos detalhados para cada item de custo, assim como o fundamento legal constante da respectiva legislação tributária. (6 pontos)
- 4) Indique como irá a Direcção dos Serviços de Finanças fixar o rendimento tributável, em sede do imposto complementar de rendimentos, da divisão de vendas de imobiliário relativamente ao ano de 2017, e como deve a sociedade XYX Imobiliário China Lda. reconhecer os lucros da sua divisão de vendas de imobiliário que serão objecto da incidência de imposto, remetendo, para o efeito, para o “Acordo entre a Região Administrativa Especial de Macau e a China Continental para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento” (5 pontos)

— *Fim* —